

PREGÃO ELETRÔNICO

90.005/2026

CONTRATANTE (UASG)

380145 – Centro de Progressão Penitenciária “Prof. Noé Azevedo” de Bauru

OBJETO

Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 91.293,41

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	380145-ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO	LETICIA LUNA RIBEIRO DE SOUZA	25/02/2026 11:44 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	44/2026	006.00081517/2026-70

1. Do objeto

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026

(Processo Administrativo SEI nº 006.00081517/2026-70)

Torna-se público que o **ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária e o Centro de Progressão Penitenciária "Prof. Noé Azevedo" de Bauru, sediado a Rod. Comte João Ribeiro de Barros, Km 349, Centro Prisional, CEP 17064-900, Bauru/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1 O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 3.5.1 e 3.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006 .

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1.Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real) para os itens 04; 07; 08; 09 e 10** e de **R\$ 0,01 (um centavo) para os demais itens**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei 14133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20.5. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20.6. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º, [c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na

licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra; caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1.advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no

subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **via e-mail cpp3bauru@sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no (s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet no www.compras.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho, cuja minuta integra este Edital como anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se, não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui (em), igualmente, condição (ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho
- 14.15.3. ANEXO III – RESOLUÇÃO SAP Nº 49/2024
- 14.15.4. ANEXO IV - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

15. Versão

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Edital de Pregão

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO ANDRE COLLELA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 11:44:16.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR_380145-000013-2026 COM ETP.pdf (2.0 MB)
- Anexo II - ANEXO II - MODELO DE NOTA DE EMPENHO.pdf (71.83 KB)
- Anexo III - ANEXO III - RESOLUCAO SAP 49-2024.pdf (723.11 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - MODELO PLANILHA PROPOSTA.pdf (268.13 KB)

ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	380145-ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO	LETICIA LUNA RIBEIRO DE SOUZA	25/02/2026 09:33 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	44/2026	006.00081517/2026-70

1. Definição do objeto

1.1. **Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Cód. Siafisico	Cód. Compras	Descrição Material	UF	Quant	Valor unitário	Valor Total
01	3685888	615874	Alicate para Uso Geral; Tipo Eletricista; Medindo 8"; Cabo Antideslizante C/ Abas Protetoras e Arredondadas C/ Isolação 1000v Conforme Abnt Nbr 9699; Acabamento Em Aço Cromo Vanádio Polido; Bico Com Ranhuras Cruzadas, Olhal Oval, cabeça Reta; Com Dispositivo para Prensar Terminais;	Unidade	25	R\$ 85,09	R\$ 2.127,25
02	4788842	447421	Mangueira; de Jardim, tipo Trancada Com Pressão Da Agua de Até 12 Bar; Camada Interna e Externa Em Pvc Flexível, camada Intermediaria Em Fio de Poliéster Trancado; Com Diâmetro de 1/2"; Acompanha:01 Esguicho Com Jato Regulável e 01 Adaptador Com Engate Rosqueado.	Rolo 30 metros	10	R\$ 102,62	R\$ 1.026,20

03	6499627	336021	Corda para Salvamento; Composta de 62% de Poliamida (alma) e 38% Em Poliéster de Altatenacidade (capa); do Tipo Corda Semi-estatica; Com Diâmetro de No Mínimo 11mm; e Carga de Ruptura de 3.600 Kgf; rolo de 25 metros. Conforme Fabricada Seguindo Padrões Da Norma Nbr-15986; Atende a Nr35;	Rolo 25 metros (unidade)	6	R\$ 260,90	R\$ 1.565,40
04	6122949	479532	Speed Dome; Sensor de Imagem No Formato Cmos de 1/2.8, Progressivo, Pixels Efetivos 1920 (h) × 1080 (v); Sistema de Cor Colorido, Preto e Branco, Ir (infravermelho) Com Alcance Mínimo de 100m Utilizando Poe+; Resolucao Analogica Protocolo Cvbs; Resolucao Ip Minima de 1920x1080 (full Hd); Com Sensibilidade a Luz de No Minimo Modo Dia de 0,005 Lux Color, Modo Noite 0,0005 Luxpreto e Branco e 0 Lux Infravermelho; Funcao Blc / Hlc / Wdr (minimo de 120 Db); Sistema de Zoom Optico Minimo de 20x e Digital Minimo de 4x; Com Iris do Tipo Automatico e Manual; Abertura Da Iris Ângulo de Visão Horizontal 66,5° a 4,62° e Vertical 41° a 2,72°; Lente Distância Focal 4,7 a 100m; Dc 12v 60w 5 Amp; Alimentacao de Conector P4 Fêmea; Pan(horizontal) 0° a 360°; Tilt (vertical) 0° a 90° Com Auto Flip 180°; Velocidade de Rotacao Horizontal de 0.1°/s a 300°/s; Velocidade de Rotacao Vertica de 0.1°/s a 120°/s; Protocolo de Comunicacao Ipv4, Ipv6, Icmp, Tcp/ip, Http, Https, Ssl, Udp, Igmp, Snmp, Rtsp, Rtp, Sntp, Ntp, Dhcp, Dns, Ddns,; Interface de Comunicacao Comunicação Serial Rs 485 e Ethernet Rj45; Preset Minimo 300; Caixa de Protecao Confeccionada Em Proteção Ik10 e Ip67; Cupula Confeccionada Em Vidro Ou Acrilico Com Certificacao Nema 4x; Suporte do Tipo de Parede; Protocolos Ftp, Filtro de Ip, Onvif, Qos, Bonjour,sip, Estabiliz. Imagem Auto/manual, Autoflip 180°; Permitir Minimo 2 Streams, Suportar 1080p (1a60fps) e 720p (1a60fps), Vel Obturador 1/1s a 1/30.000s; Com Garantia Minima de 12 Meses;	Unidade	5	R\$ 3.204,53	R\$ 16.022,65
			Soquete para Lâmpada; Incandescente; de Porcelana Reforçada, Bornes Embutidos, Cor Branca; Material Interno				

05	6402372	427965	Latão Niquilado; Rosca Edson; Base E-27; Tensão 250 V, 4 A, Ate 100 W; Norma de Especificação Conforme Nbr Vigentes;	Unidade	250	R\$ 4,06	R\$ 1.015,00
06	5845963	623909	Câmera de Circuito Fechado; Sensor de Imagem 1/2.8" Cmos (starlight); Sistema de Cor Colorida, Taxa de Bits H.264: 8kbps a 8192 Kbps, H.265: 8kbps a 8162 Kbps; Resolução Mínima de 2.0 Megapixels, Com 1080p (1920x1080), Taxa de Frames 1 a 30 Fps; Com Sensibilidade a Luz de No Mínimo 0.006 Lux@f1.6; Funcao Blc Blc / Wdr (120 Db) / Hlc; Sistema de Zoom Digital 16x; Com Iris do Tipo Tipo Fixa; Sem Sistema de Microfone; Com Lente de Tipo Fixa, de Distancia Focal de 2.8mm, Abertura Maxima F1.6, Angulo de Visao H: 104° V: 54°; <6,9 W; Sistema de Alimentação 12vdc, Ou Poe Fast Ethernet 48v; Com Dimensões de 81 Mm × 109.9 Mm (a × Ø); Proteção Antivandalismo Ik10, Ir de 40 Metros, Tecnologia Ip, Conexao Rj-45; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses;	Unidade	10	R\$ 756,44	R\$ 7.564,40
07	6014038	600384	Nível; Laser Verificador de Inclinação; Laser Verde Autonivelador de Linha Cruzada, alcance de 30m; Nivelamento de Linha e Ponto; Com Base Magnética e Proteção Contra Pó e Agua Classe de Proteção: Ip54, alimentação com 3 Pilhas Aa; Revestimento de Borracha; Aprox. ± 3 Mm á 9 M; 4° Com Alarme de Desnivelamento; Auto Nivelamento Horizontal e Vertical; Fornecido Em Maleta; Garantia Mínima de 12 Meses;	Unidade	2	R\$ 1.009,79	R\$ 2.019,58
08	5180813	614247	Bancada Com Cuba; para Cozinha Industrial; Constituida Por Tampo Em Aço Inoxidavel Aisi 430 (bancada); Nas Dimensoes de Nas Dimensoes de (2,50x0,70x0,90)m; Com Cubas; Com 02 (duas) Cubas, a Direita e Central; No Formato No Formato Retangular Com Testeira de 10 Cm; Em Em Aco Inoxidavel 430; Medindo (60x50x30)cm; Com Valvula de Tipo Americana 3 1/2"; Sem Gabinete; Sapatas Niveladoras Em Polietileno; Pes Com Regulagem; Estrutura Tubular; Prateleira Na Parte Inferior Gradeada;	Unidade	5	R\$ 2.094,93	R\$ 10.474,65

09	6223591	614247	Bancada Sem Cuba; Em Aço Inoxidável Tipo Aisi-304; Lisa Com 2 Planos Epes; Medindo 1800 x 700 x 900 Mm (c x l x A); Com Espessura de : Tampo Superior Chapa de 1mm de Espessura, Com Frontão (espelho Frontal) de 100 Mm No Fundo; Na Cor Inox, Acabamento Polido; Pes Em Tubo , Diâmetro de 1/2 Pol.(38,1 Mm), Parede de 1,2 Mm de Espessura; Reforços Em Todo o Perímetro Em Perfis U , Sapatas Regulares e Anti-derrapante; Prateleira Inferior Lisa Perfurada Com Reforços Em Perfis U;	Unidade	6	R\$ 2.094,93	R\$ 12.569,58
10	5192781	453258	Rocadeira Manual; Com 45,7 Cilindradas, a Gasolina, Com 2,1 Kw, 2,82 Hp, tipo Lateral; 9000 Rpm; Rotacao Em Marcha Lenta de 2.700 Rpm; Com Tanque de Combustível de 0,9 Litros; Funcionamento Tipo Lateral, para Trabalho Profissional; Pesando 8,5 Kg; Ferramentas de Corte Composta de Fio de Nylon, Lâmina de 3 Pontas e Serra Circular; Cabo Guiado Angulado e Empunhaduras Ergonomicas; Cinturão Ergonomico Com Suporte Costal e Faixas No Ombro, Com Entrega Técnica e Garantia de Fábrica;	Unidade	6	R\$ 4.425,85	R\$ 26.555,10
11	6420001	452682	Luminária; Corpo Em Alumínio, Formato Meia Cúpula, Tipo Pendente, Na Cor Preta; Base E-27; para 01 Lâmpada, Potência Máxima de 60w, Bivolt; Tipo Aberta; Instalação Em Teto; para Iluminação Interna; Medindo 400mm Diâmetro, 180mm de Altura, Cabo de Aproximadamente 90cm; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	Unidade	30	R\$ 113,17	R\$ 3.395,10
12	6049508	616880	Tinta Epoxi; Monocomponente, Diluente Água; à Base de Polímeros Acrílicos Modificados, Polímero Epóxi, Pigmentos Orgânicos e Inorgânicos; Rendimento Mínimo de 60 M2/galão/demão; Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 62,50g /l; Na Cor Branca; Acabamento Acetinado; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	Galão 3,60 litros	30	R\$ 231,95	R\$ 6.958,50
TOTAL:							R\$ 91.293,41

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição individualizada dos itens mencionados neste termo de referência, devem ser atendidas as normativas vigentes relacionadas às políticas de sustentabilidade, no que se refere à produção, transporte e armazenamento do(s) respectivo(s) item(ns).

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da assinatura da Nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU, sito a Rodovia Comte João Ribeiro de Barros, Km 349, Distrito Industrial III, CEP 17064-900, Bauru/SP - De segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, parágrafo 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV](#)).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, casos aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. **O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal** ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.09. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.23. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.24. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 91.293,41

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 91.293,41 (Noventa e um mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos)**. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado .

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380145;

II) Fonte de Recursos: 150010001

III) Programa de Trabalho: 14421381561670000;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Versão

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELAINE APARECIDA CAMAFORTE DAMASCENO

Chefe de Seção de Administração



Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 09:29:14.

Despacho: Aprovo o presente termo de referência.

JOAO ANDRE COLLELA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 09:33:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP - OUTRO_380145-000014-2026.pdf (1.83 MB)

ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO

E T P 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	380145-ESP-CENTRO PROGR.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO	LETICIA LUNA RIBEIRO DE SOUZA	24/02/2026 17:26 (v 0.3)
Status ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	44/2026	006.00081517/2026-70

1. Descrição da Necessidade

Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional.

2. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe de Seção de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	Paulo Henrique de Queiroz Martins

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos para a contratação dos itens devem abranger todos os aspectos, desde a especificação dos componentes dos produtos, e materiais utilizados na produção até a embalagem, garantindo a entrega dos produtos em perfeitas condições e em conformidade com as normas aplicáveis.

4. Levantamento de Mercado

Devido ao alto valor levantado, os bens serão adquiridos através da modalidade de licitação, Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com base no Inciso I, art. 28 da Lei Federal nº 13.144/2021. Constatou-se que o Pregão Eletrônico é o meio mais utilizado nas contratações públicas, devido a sua celeridade, transparência e economia no trâmite licitatório.

Foi realizada pesquisa de preço para compor o processo licitatório através da base de dados do compras.gov.br, sendo que o preço estimado para a contratação considerou o mínimo de 3 (três) cotações, conforme os parâmetros do artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 67.888, de 17/08/2023. O preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na base dados, onde a soma dos valores

das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras.

Dentre os preços coletados foram desconsiderados os preços entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme marcador “compõem”.

5. Descrição da solução como um todo

O objetivo da contratação firma-se na necessidade de dar continuidade aos serviços realizados para a reforma desta Unidade Prisional.

A aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, de natureza comum, do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, a luz da Lei 14.133 /2021.

As entregas serão únicas para melhor atendimento das necessidades desta Unidade.

Os bens a serem contratados estão contemplados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública, conforme previsto no Decreto nº 68.021/2023.

6. Estimativa das Qtdes a serem Contratadas

As quantidades foram levantadas considerando as necessidades desta Unidade. Sendo materiais imprescindíveis para atender as necessidades na reforma desta Unidade.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 91.293,41 (Noventa e um mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos).

O valor estimado da contratação foi alcançado através de pesquisa de preços a luz do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não

As estimativas das quantidades a serem adquiridas, possibilitam a busca da economia de escala, sendo mais vantajoso para a administração, a fim de que a demanda administrativa possa ser atendida, aproveitando-se da melhor forma os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, sem que seja necessária análise de reequilíbrio econômico/financeiro.

A entrega será única sendo que os materiais adquiridos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota de Empenho.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdepend

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição dos materiais deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Plan

Esta contratação está alinhado com o Planejamento Anual de 2026.

11. Resultados Pretendidos

O atendimento da demanda com a referida aquisição, garantirá as necessidades para a segurança e o bom funcionamento desta Unidade.

A aquisição em maior quantidade, proporciona economia ao erário; sendo necessário mantermos o estoque regulador para atender as demandas dos diversos setores de trabalho, bem como, atendimento a população carcerária.

12. Providências a serem Adotadas

Não será necessária a busca de providências a serem adotadas pela Administração, para fins de capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente, pois os itens não exigem nenhuma medida adicional.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impacto ambiental na utilização dos itens objeto deste processo pois os mesmos não impactam o meio ambiente.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELAINE APARECIDA CAMAFORTE DAMASCENO

Chefe de Seção de Administração



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:23:30.

JOAO ANDRE COLLELA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:26:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotacao-resumido-14-2026 com anexos.pdf (1.74 MB)

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
14/2026	380145	Concluída	LETICIA LUNA RIBEIRO DE SOUZA

Título: Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional.

Observações:

Total de itens cotados: 12 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 91.294,3676

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
615874 - Alicate Para Climpar Material: Aço , Características Adicionais: Para Cabos De Secao 0,5 A 6mm2 , Material Cabo: Polimero , Tipo Corte: Crimpar, Isolar E Cortar , Uso: Crimpador Para Terminais Isolados	Unidade	25
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 46,5000	R\$ 85,0933	R\$ 79,9900
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 36,8680%		
Desvio Padrão: 31,3722		
Maior Preço: R\$ 155,3800		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 34,9000	20/02/2026	Não
2	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 99,0000	05/01/2026	Sim
3	I	PREFEITURA DE TARAUACA - AC - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 59,9900	18/12/2025	Sim
4	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 135,0000	16/12/2025	Sim
5	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 149,0000	15/12/2025	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 29,9000	11/12/2025	Não
7	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 128,8400	24/11/2025	Sim
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 55,8200	18/11/2025	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

9	I	gov.br	14	Unidade	R\$ 84,5000	10/11/2025	Sim
10	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 106,8600	10/11/2025	Sim
11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 89,9800	03/11/2025	Sim
12	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 143,5000	28/10/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 54,9900	26/10/2025	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 46,7900	24/10/2025	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 52,0000	23/10/2025	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 84,0000	22/10/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 48,4900	13/10/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	15	Unidade	R\$ 59,9800	07/10/2025	Sim
i 19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 107,9000	29/09/2025	Sim
20	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 87,6000	26/09/2025	Sim
21	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 60,9900	23/09/2025	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 98,1500	19/09/2025	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 104,0000	18/09/2025	Sim
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 57,3000	16/09/2025	Sim
25	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	4	Unidade	R\$ 296,0000	11/09/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 85,7900	09/09/2025	Sim
27	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 338,0900	03/09/2025	Não
28	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 88,0000	01/09/2025	Sim
29	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 33,0000	26/08/2025	Não
30	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 65,0000	19/08/2025	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 79,0000	19/08/2025	Sim
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 65,7000	15/08/2025	Sim
33	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 65,0000	04/08/2025	Sim
34	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	3	Unidade	R\$ 30,0000	25/07/2025	Não
35	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 120,0000	18/07/2025	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 76,0000	11/07/2025	Sim
37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 46,5000	10/06/2025	Sim
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	3	Unidade	R\$ 79,9900	27/05/2025	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	24	Unidade	R\$ 114,9000	19/05/2025	Sim
40	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 55,2000	12/05/2025	Sim
41	I	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 21.000,0000	05/05/2025	Não

i 42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 45,0000	29/04/2025	Não
43	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 39,7900	29/04/2025	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 36,1000	15/04/2025	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 140,0000	26/03/2025	Sim
46	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 155,3800	12/03/2025	Sim
47	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 53,5000	28/02/2025	Sim
48	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 64,0000	25/02/2025	Sim
49	I	ASSOCIAÇÃO E.C.E.E.J.K.OLIVEIRA DE PARAÍSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 50,0000	25/02/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2



Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
447421 - Mangueira Jardim Material: Pvc - Cloreto De Polivinila , Diâmetro: 5/16 POL, Espessura: 2 MM, Comprimento: 30 M, Cor: Cristal , Uso: Jardinagem E Limpeza		Unidade	10
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 31,1654%
R\$ 68,7700	R\$ 102,6296	R\$ 89,4500	Desvio Padrão: 31,9849
Método de cálculo adotado: Média			Maior Preço: R\$ 171,9000

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 66,0000	12/02/2026	Não
2	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	58	Unidade	R\$ 71,5500	06/02/2026	Sim
3	I	ETO-ASSOCIACAO A.E.E.T.I.P.ONEIDE C. MOUSINHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 65,9000	23/12/2025	Não
4	I	MRJ-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA MADALENA - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 94,9900	11/12/2025	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 167,5000	04/12/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	81	Unidade	R\$ 75,9000	26/11/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 146,7900	24/11/2025	Sim
8	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 290,0000	24/11/2025	Não
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 60,0000	18/11/2025	Não
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 136,6000	17/11/2025	Sim
11	I	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 110,9300	13/11/2025	Sim

12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 90,0000	13/11/2025	Sim
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 74,1000	13/11/2025	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 59,9000	13/11/2025	Não
15	I	ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 130,0000	11/11/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 70,4500	30/10/2025	Sim
17	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.C.E.MARECHAL RIBAS JUNIOR - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 68,8000	21/10/2025	Sim
i18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 171,9000	13/10/2025	Sim
19	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 53,0000	12/09/2025	Não
i20	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 144,0000	07/09/2025	Sim
21	I	ASSOCIAÇÃO DE A.E.E. AUGUSTINOPOLIS/TO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 66,6200	04/09/2025	Não
22	I	EES-DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 83,5500	04/09/2025	Sim
23	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	86	Unidade	R\$ 89,0000	29/08/2025	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 43,6300	07/08/2025	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 79,0000	04/08/2025	Sim
26	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 84,0000	30/07/2025	Sim
27	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 77,3500	21/07/2025	Sim
i28	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 89,9000	17/07/2025	Sim
i29	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 59,9000	17/07/2025	Não
30	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 83,6800	11/07/2025	Sim
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	327	Unidade	R\$ 60,0000	24/06/2025	Não
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	983	Unidade	R\$ 60,0000	24/06/2025	Não
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 68,7700	07/05/2025	Sim
34	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 122,0000	09/04/2025	Sim
35	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 132,3500	18/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
336021 - Corda Salvamento Material: Poliamida , Tipo: Trançado , Diâmetro: 12 MM, Capacidade Pesos: Até 2.825 K	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 71,4088%
R\$ 20,0000	R\$ 260,9000	R\$ 246,0000	Desvio Padrão: 186,3055
			Maior Preço: R\$ 499,9800

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.600,0000	27/11/2025	Não
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 457,6200	07/10/2025	Sim
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 499,9800	01/10/2025	Sim
4	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - MT - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 800,0000	29/09/2025	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 411,7000	04/09/2025	Sim
6	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	92	Unidade	R\$ 246,0000	01/07/2025	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	661	Unidade	R\$ 20,0000	11/06/2025	Sim
8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1981	Unidade	R\$ 20,0000	11/06/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 171,0000	25/04/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
479532 - Câmera Vídeo De Segurança Tipo Sensor: Speed Dome , Resolução Horizontal: 1920 MPX, Resolução Vertical: 1080 MP	Unidade	5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 44,4455%
R\$ 237,2600	R\$ 3.204,5343	R\$ 3.370,5000	Desvio Padrão: 1424,2705
			Maior Preço: R\$ 6.108,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 4.020,0000	10/02/2026	Sim
2	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.570,0000	10/02/2026	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	138	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	443	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	166	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim

6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	188	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	121	Unidade	R\$ 2.658,0000	04/02/2026	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 3.441,0000	04/02/2026	Sim
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 5.122,0000	04/02/2026	Sim
24	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 3.123,9900	09/01/2026	Sim
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1111	Unidade	R\$ 237,2600	26/12/2025	Sim
26	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 6.108,0000	18/12/2025	Sim
27	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 11.402,0000	18/12/2025	Não
28	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 10.179,0000	18/12/2025	Não
29	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 36.647,0000	18/12/2025	Não
30	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 36.647,0000	18/12/2025	Não
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 4.730,6900	14/12/2025	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.926,4600	12/12/2025	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 6.308,5000	03/12/2025	Não
34	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 8.077,5900	17/11/2025	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	59	Unidade	R\$ 2.805,0000	17/11/2025	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3.766,2500	12/11/2025	Sim

37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.789,0200	10/11/2025	Sim
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 4.500,0000	09/11/2025	Sim
39	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 288,9900	05/11/2025	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.945,0000	30/10/2025	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.989,0000	28/10/2025	Sim
42	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 3.300,0000	21/10/2025	Sim
43	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.848,8500	21/10/2025	Sim
44	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	37	Unidade	R\$ 1.100,0000	16/10/2025	Sim
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 259,0000	16/10/2025	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 310,0000	16/10/2025	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.800,0000	23/09/2025	Sim
48	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.300,0000	11/09/2025	Sim
49	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.208,0000	09/09/2025	Sim
i 50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.208,0000	09/09/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 5

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
427965 - Soquete Lâmpada Material: Porcelana , Características Adicionais: Com Rabicho , Tipo Lâmpada: Dicroica Bipino , Tipo Base: Gu10		Unidade	250
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 72,3141%
R\$ 1,0900	R\$ 4,0620	R\$ 3,1650	Desvio Padrão: 2,9374
Maior Preço: R\$ 14,3500			
Método de cálculo adotado: Média			

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,8000	09/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 5,1000	09/01/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 4,4000	17/12/2025	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	427	Unidade	R\$ 4,0300	17/12/2025	Sim
5	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 5,9800	15/12/2025	Sim

6	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 8,8900	09/12/2025	Sim
7	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,7700	09/12/2025	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	200	Unidade	R\$ 3,0000	27/11/2025	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	40	Unidade	R\$ 3,1300	20/11/2025	Sim
10	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 2,4900	04/11/2025	Sim
11	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,9800	04/11/2025	Sim
12	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 7,2000	04/11/2025	Sim
13	I	PMSP - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 3,7900	23/10/2025	Sim
14	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,7300	02/10/2025	Sim
15	I	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU /RJ - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,4900	02/10/2025	Sim
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,2000	30/09/2025	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,7000	30/09/2025	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3,8000	24/09/2025	Sim
19	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	50	Unidade	R\$ 2,8000	24/09/2025	Sim
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	100	Unidade	R\$ 2,1500	24/09/2025	Sim
21	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,0000	12/09/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,6800	11/09/2025	Sim
23	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3,9900	09/09/2025	Sim
24	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 8,0000	09/09/2025	Sim
25	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,7500	09/09/2025	Sim
26	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,4500	09/09/2025	Sim
27	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 13,7500	09/09/2025	Sim
28	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 4,3800	09/09/2025	Sim
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1195	Unidade	R\$ 3,7000	04/09/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,1900	19/08/2025	Sim
31	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 1,8000	18/08/2025	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	223	Unidade	R\$ 1,9700	07/08/2025	Sim
33	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,2000	25/07/2025	Sim
34	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,8000	17/07/2025	Sim
35	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,7800	10/07/2025	Sim
36	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 2,7100	01/07/2025	Sim
37	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 3,0000	01/07/2025	Sim

38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	945	Unidade	R\$ 1,0900	27/06/2025	Sim
39	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 14,3500	19/06/2025	Sim
40	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 4,7000	02/06/2025	Sim
41	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,9300	29/05/2025	Sim
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA - BA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 0,9900	27/05/2025	Não
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA - BA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 0,9900	27/05/2025	Não
44	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 5,0000	14/05/2025	Sim
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 9,7200	09/04/2025	Sim
46	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB - Compras.gov.br	1410	Unidade	R\$ 3,3600	09/04/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
623909 - Câmera Video De Segurança Tipo Sensor: Ccd 1/3" , Resolução Horizontal: 4 MPX, Resolução Vertical: 4 MPX, Voltagem: 12 Vdc Ou Poe (802.3af) V, Luminosidade Mínima: 0,8 LX, Controle Ganho: Automático / Manual , Características Adicionais: Tipo Dome, Zoom 16x , Componentes Adicionais: Ir 30 Metros, Proteção Ip67 , Cor: Branca , Padrão: Ip Dome , Interface: 1 Rj-45 (10 / 100 Base-T)	Unidade	10
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 145,9700	R\$ 756,4462	R\$ 470,0000
Coeficiente de Variação: 121,9770% Desvio Padrão: 922,6905 Maior Preço: R\$ 4.100,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.700,0000	29/01/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 293,0000	21/01/2026	Sim
3	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 508,6400	19/01/2026	Sim
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 400,0000	09/01/2026	Sim
5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 450,0000	09/01/2026	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 518,0000	08/01/2026	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 204,4900	07/01/2026	Sim
8	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 260,0000	30/12/2025	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 270,0000	30/12/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 481,5000	29/12/2025	Sim

11	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 1.880,0000	22/12/2025	Sim
12	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 260,0000	04/12/2025	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 179,5000	17/11/2025	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 498,4900	17/11/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.127,6900	13/11/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 2.300,0000	13/11/2025	Sim
17	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 395,0900	11/11/2025	Sim
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 380,0000	05/11/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 498,4900	05/11/2025	Sim
20	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 470,0000	05/11/2025	Sim
21	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 680,0000	03/11/2025	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 175,9700	30/10/2025	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 258,4100	21/10/2025	Sim
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.100,0000	13/10/2025	Sim
25	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 445,0000	09/10/2025	Sim
26	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 300,0000	30/09/2025	Sim
27	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 677,6100	08/09/2025	Sim
28	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 677,5400	08/09/2025	Sim
i29	I	CONSELHO REGION. DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO/SP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 27.331,8000	02/09/2025	Não
30	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 710,0000	22/08/2025	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 145,9700	27/05/2025	Sim
32	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 6.834,2000	08/05/2025	Não
33	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 5.758,0000	05/05/2025	Não
i34	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 535,0000	28/04/2025	Sim
35	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 626,1129	28/04/2025	Sim
36	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 626,1129	28/04/2025	Sim
37	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 274,0000	03/04/2025	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 169,0000	05/03/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
600384 - Nível De Precisão Tipo: Laser , Projeção: 3 Linhas , Tipo De Nivelamento: Automático , Raio De Alcance: 30 M, Angulação: 360 GRA, Características Adicionais: Classe Proteção: Ip54	Unidade	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 341,9700	R\$ 1.009,7908	R\$ 662,5000
Coeficiente de Variação: 92,4661% Desvio Padrão: 933,7142 Maior Preço: R\$ 4.498,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNIC. DO EST.DE GOIAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 720,0000	23/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 665,0000	19/02/2026	Sim
3	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.495,0000	04/02/2026	Sim
4	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.550,0000	04/02/2026	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 375,0000	16/01/2026	Sim
6	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 600,0000	07/01/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 341,9700	30/12/2025	Sim
8	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 829,4900	29/12/2025	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 931,0000	23/12/2025	Sim
10	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 295,0000	22/12/2025	Não
11	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 572,9900	22/12/2025	Sim
12	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 297,3200	16/12/2025	Não
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 425,0000	11/12/2025	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 580,0000	08/12/2025	Sim
15	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.100,0000	08/12/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 638,5000	28/11/2025	Sim
17	I	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 229,6300	26/11/2025	Não
18	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 128,4500	25/11/2025	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 400,0000	25/11/2025	Sim
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.199,0000	24/11/2025	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 359,9800	14/11/2025	Sim

22		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 489,6000	13/11/2025	Sim
23		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 660,0000	12/11/2025	Sim
24		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 279,5000	11/11/2025	Não
25		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 1.350,0000	04/11/2025	Sim
26		UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 388,3000	30/10/2025	Sim
27		PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 1.026,0000	23/10/2025	Sim
28		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 498,9900	16/10/2025	Sim
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10 Unidade	R\$ 529,1300	15/10/2025	Sim
30		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3 Unidade	R\$ 4.678,8000	14/10/2025	Não
31		PMSP - SUBPREFEITURA SANTANA /TUCURUVI - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 692,1700	14/10/2025	Sim
32		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 1.700,0000	06/10/2025	Sim
33		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10 Unidade	R\$ 14,0000	03/10/2025	Não
34		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	5 Unidade	R\$ 1.322,5000	30/09/2025	Sim
i 35		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 286,2000	28/09/2025	Não
36		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 4.498,0000	26/09/2025	Sim
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	78 Unidade	R\$ 499,5000	25/09/2025	Sim
38		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 785,3800	24/09/2025	Sim
39		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 490,0000	21/09/2025	Sim
40		MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 575,0000	19/09/2025	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 3.737,0000	17/09/2025	Sim
42		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 1.269,6000	16/09/2025	Sim
43		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 6.699,9000	14/09/2025	Não
44		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 350,0000	14/09/2025	Sim
45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9 Unidade	R\$ 871,0000	12/09/2025	Sim
46		INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 580,8000	09/09/2025	Sim
47		POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE ALAGOAS - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 814,9900	22/08/2025	Sim
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4 Unidade	R\$ 891,7400	20/08/2025	Sim
49		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 589,0000	19/08/2025	Sim
50		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 222,1100	19/08/2025	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
614247 - Pia Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tipo: Cozinha Industrial , Comprimento: 2,50 M, Largura: 0,60 M, Quantidade Cubas: 2 UN, Comprimento Cubas: 0,60 M, Largura Cubas: 0,50 M, Profundidade Cubas: 0,30	Unidade	5
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 205,7400	R\$ 2.094,9340	R\$ 1.661,6500
Coeficiente de Variação: 81,3993% Desvio Padrão: 1.705,2622 Maior Preço: R\$ 5.678,3100		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.824,3000	10/02/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.499,0000	19/01/2026	Sim
3	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 298,7280	12/01/2026	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.290,0000	08/12/2025	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.678,3100	02/12/2025	Sim
6	I	PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 921,0000	03/11/2025	Sim
7	I	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 205,7400	19/09/2025	Sim
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.600,0000	13/06/2025	Sim
9	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.997,0200	11/06/2025	Sim
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 325,1100	07/04/2025	Sim
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.000,0000	10/03/2025	Sim
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.500,0000	10/03/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
614247 - Pia Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tipo: Cozinha Industrial , Comprimento: 2,50 M, Largura: 0,60 M, Quantidade Cubas: 2 UN, Comprimento Cubas: 0,60 M, Largura Cubas: 0,50 M, Profundidade Cubas: 0,30	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 81,3993%
Desvio Padrão: 1.705,2622
Maior Preço: R\$ 5.678,3100

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.824,3000	10/02/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.499,0000	19/01/2026	Sim
3	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 298,7280	12/01/2026	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.290,0000	08/12/2025	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.678,3100	02/12/2025	Sim
6	I	PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 921,0000	03/11/2025	Sim
7	I	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 205,7400	19/09/2025	Sim
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.600,0000	13/06/2025	Sim
9	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.997,0200	11/06/2025	Sim
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 325,1100	07/04/2025	Sim
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.000,0000	10/03/2025	Sim
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.500,0000	10/03/2025	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

453258 - Roçadeira Manual Tipo Motor: Gasolina , Potência Motor: 2,2 HP, Tipo Cortador: Fio Náilon E/Ou Lâmina Aço , Rotação: 12.300 RPM, Peso Aproximado: 7,30 KG, Tipo Empunhadreira: Guidões Ajustáveis , Características Adicionais: Motor 2 Tempos, 40,2 Cilindradas,Tubo Em Alumínio

Unidade

6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 12,7708%
Desvio Padrão: 565,2175
Maior Preço: R\$ 4.979,0000



Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.375,0000	12/02/2026	Não

2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 620,0000	06/02/2026	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	39	Unidade	R\$ 620,0000	06/02/2026	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 684,1800	06/02/2026	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 520,0000	28/01/2026	Não
6		COMPANHIA. DES. DOS VAL. S FRANCISCO/PARNAÍBA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 780,0000	24/12/2025	Não
7		COMPANHIA. DES. DOS VAL. S FRANCISCO/PARNAÍBA - Compras.gov.br	135	Unidade	R\$ 650,0000	24/12/2025	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 743,5900	08/12/2025	Não
9		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 2.094,6200	01/12/2025	Não
10		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.462,0500	27/11/2025	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 724,0000	18/11/2025	Não
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 659,9700	17/11/2025	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	66	Unidade	R\$ 674,0000	14/11/2025	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 648,0000	12/11/2025	Não
15		ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 2.639,3200	11/11/2025	Não
16		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 670,9560	05/11/2025	Não
17		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.649,5500	04/11/2025	Sim
18		FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL /PONTA GROSSA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 649,5000	31/10/2025	Não
19		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.998,9900	24/10/2025	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 593,8700	13/10/2025	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 585,0000	29/09/2025	Não
22		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 735,0000	26/09/2025	Não
23		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 2.875,7100	25/09/2025	Não
24		EPR-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 582,4000	09/09/2025	Não
25		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 645,0000	09/09/2025	Não
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.786,0000	08/09/2025	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 559,9900	19/08/2025	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 3.100,0000	14/08/2025	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 677,0000	13/08/2025	Não
30		MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.174,9800	12/08/2025	Não
31		MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.980,7700	12/08/2025	Não

32	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 3.174,9800	12/08/2025	Não
33	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 2.980,7700	12/08/2025	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	119	Unidade	R\$ 594,9800	21/07/2025	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 641,0000	21/07/2025	Não
36	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 735,0000	18/07/2025	Não
37	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 708,0000	14/07/2025	Não
38	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.100,0000	14/07/2025	Não
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 739,9800	08/07/2025	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 877,2800	16/06/2025	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 485,8000	16/06/2025	Não
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.811,0000	19/05/2025	Não
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 699,0000	08/05/2025	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.809,7300	06/05/2025	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 1.364,0000	15/04/2025	Não
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.818,1000	26/03/2025	Não
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.048,3500	24/03/2025	Não
48	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 755,0000	05/03/2025	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 735,0000	28/02/2025	Não
50	I	EDF-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 638,0000	28/02/2025	Não
51	III	SPOHRMAQ ROGERIO SPOHR - 39773878000103 - Sítios Eletrônicos Especializados	6		R\$ 4.979,0000	24/02/2026	Sim
52	III	Casa do Japonês Maquinas e Peças Ltda / CNPJ: 42179135/0001-06 - Sítios Eletrônicos Especializados	6		R\$ 4.649,0000	24/02/2026	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
452682 - Luminária Tipo: Industrial , Material Corpo: Alumínio , Tipo Lâmpada: Metálicas A Vapor , Quantidade Lâmpadas: 1 UN, Acabamento Superficial Chapa Aço: Pintura Em Epóxi Branca , Aplicação: Iluminação Interna , Tipo Soquete: Em Porcelana Com Base E-40 , Material Difusor: Vidro Prismático Transparente , Tensão Nominal: Bivolt V, Potência Nominal Lâmpada: 250 W, Tipo Iluminação: Foco Luz Frontal, Lente Difusora Em Resina	Unidade	30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 48,5815%
R\$ 52,8500	R\$ 113,1750	R\$ 105,9250	Desvio Padrão: 54,9821
			Maior Preço: R\$ 188,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 188,0000	13/11/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 52,8500	19/08/2025	Sim
3	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 68,8500	25/07/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 143,0000	19/05/2025	Sim
5	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-MG - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.456,1200	26/03/2025	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item

616880 - Primer Componente Básico: Base De Polímero Acrílico , Cor: Branco , Finalidade: Impermeabilizante , Aplicação: Concreto, Contrapisos, Revestim, Ceramicos Etc. , Características Adicionais: Monocomponente

Unidade de Fornecimento

Galão 3,6 Litro

Quantidade

30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 36,7564%
R\$ 126,0000	R\$ 231,9500	R\$ 231,0000	Desvio Padrão: 85,2564
			Maior Preço: R\$ 398,7000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	32	Galão 3,6 Litro	R\$ 62,0000	28/01/2026	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	300	Galão 3,6 Litro	R\$ 56,8300	05/12/2025	Não
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Galão 3,6 Litro	R\$ 146,9300	04/12/2025	Não
4	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	80	Galão 3,6 Litro	R\$ 218,5600	14/11/2025	Não
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Galão 3,6 Litro	R\$ 398,7000	13/11/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25	Galão 3,6 Litro	R\$ 227,0000	21/10/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	90	Galão 3,6 Litro	R\$ 165,0000	11/08/2025	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	90	Galão 3,6 Litro	R\$ 235,0000	21/07/2025	Sim

9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60 Galão 3,6 Litro	R\$ 126,0000	05/06/2025	Sim
10	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	20 Galão 3,6 Litro	R\$ 85,0000	08/05/2025	Não
11	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	20 Galão 3,6 Litro	R\$ 49,0000	08/05/2025	Não
12	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	30 Galão 3,6 Litro	R\$ 240,0000	08/05/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12 Galão 3,6 Litro	R\$ 77,9000	15/04/2025	Não
14	I	MINISTERIO PUBLICO DO EST. DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	54 Galão 3,6 Litro	R\$ 86,4900	18/03/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 24/02/2026 16:35

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



A Roçadeira FS 460 da STIHL é a ferramenta perfeita para profissionais que enfrentam os desafios mais rigorosos no corte de vegetação densa e resistente. Equipada com um motor potente e durável, esta roçadeira oferece desempenho excepcional e é recomendada para jardinagem profissional.

Com motor 2-MIX, oferece economia de combustível e menor emissão de gases. Confortável e ergonômica, conta com cabo ajustável que se adequa com o operador e apresenta o sistema de amortecimento 4 pontos, que reduz a vibração passada para o operador.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Potência (kW/CV): 2,2
Cilindrada (cm³): 45,6
Ferramenta de corte: TrimCut C 42-2 / Lâmina 3 facas 300 mm
Peso (kg): 8,8
Eixo de transmissão na haste: Rígido
Nível de pressão sonora dB(A): 100/102
Nível de potência sonora dB(A): 111/112
Nível de vibração esquerda/direita (m/s²): 2,5 - 2,6 / 2,6 - 2,9
Motor: 2 - MIX
Capacidade do tanque de combustível (l): 0,75



Início > Roçadeiras > Roçadeira a combustão FS 460

Roçadeira a combustão FS 460

R\$4.979,00

12 x de R\$414,92 sem juros

Ver mais detalhes

Conjunto de corte

Cabeçote de cote de Fio de nylon

▼

Atenção, última peça!

−

1

+

COMPRAR

Meios de envio

Seu CEP

CALCULAR

Não sei meu CEP

☰

SPOHRMAQ

0

O que você está buscando?

Produtos similares





FSA 57 Roçadeira a bateria, AutoCut C3-2

R\$1.749,0012 x de **R\$145,75** sem juros

COMPRAR



Roçadeira a combustão FS 460

R\$1.319,0012 x de **R\$109,92** sem juros

COMPRAR

Institucional

[Quem Somos](#)[Assistência Técnica](#)[Política de Privacidade](#)[Trocas e Devoluções](#)[Meios de Pagamentos e Frete](#)

Categorias

[Roçadeiras](#)[Motosserras](#)[Sopradores](#)[Perfurador de Solo](#)[Pulverizador Costal](#)[Acessórios](#)[Peças](#)[Outros](#)

Entre em contato

554699777005

(46) 99988-8194

contato@spohrmaq.com.br

Avenida Independência, 1138, Centro, Capanema, PR - 85760-000

Permaneça conectado



Meios de pagamento



Meios de envio



Copyright SPOHRMAQ ROGERIO SPOHR - 39773878000103 - 2026. Todos os direitos reservados.

criado com  nuvemshop

FRETE GRÁTIS EM COMPRAS STIHL ACIMA DE R\$ 1.000



Envio Expresso
*Consulte Condições



Atendimento Personalizado

Você está em: ROÇADEIRAS > Roçadeira Profissional STIHL FS 460-L com Lâmina 2F

Ver Vídeo

-7%



Roçadeira Profissional STIHL FS 460-L com Lâmina 2F

Destaque

REF: 4147-200-0515 MARCA: STIHL



Seja o primeiro a opinar

de R\$ 4.649,00

R\$ 4.309,00

ou 10x de R\$ 430,90 Sem juros Cartão Visa



Oferta termina em:
3 dias 8h 31m 51s

1

COMPRAR



Comprar no WhatsApp

Frete e prazo de entrega

Informe seu cep

CALCULAR



Menu



Buscar



Pedidos



Conta



Ofertas



Carrinho

Formas de Pagamento



Avaliações



Produtos relacionados



Roçadeira STIHL FS 291-L com Lâmina 3 Pontas



Esse acabou :(

[Avise-me quando chegar](#)

Roçadeira STIHL FS 351-L com Lâmin



Esse acabou :(

[Avise-me quando chegar](#)

-

Produtos visualizados

Roçadeira Profissional
STIHL FS 460-L com
Lâmina 2F

Páginas: 1



CADASTRE-SE EM NOSSA NEWSLETTER
e receba novidades e promoções

CADASTRE-SE



Menu



Buscar



Pedidos



Conta



Ofertas



Carrinho



Hoje o empreendimento se transformou no Grupo Casa do Japonês, principal distribuidor de máquinas e implementos agrícolas da região sul da Bahia, com lojas em Itabuna, Ilhéus e Gandu, e projeto de expansão para atendimento em todo Brasil, pelo ambiente virtual.

**INSTITUCIONAL****ATENDIMENTO****FORMAS DE PAGAMENTO
SELOS DE SEGURANÇA**

Casa do Japones. Casa do Japonês Maquinas e Peças Ltda / CNPJ: 42179135/0001-06 / IE: 35833990 - NO / Endereço: Av. Inácio Tosta Filho 797 © Todos os direitos reservados. Eventuais promoções, descontos e prazos de pagamento expostos aqui são válidos apenas para compras via internet. As fotos, textos e layout aqui veiculados são de propriedade da Loja.

Desenvolvido

HTTPBR

Tecnologia TrayCommerce





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00

UG	380145 - CENTRO Progr.PENIT.PROF.NOE AZEVEDO DE BAURU				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão					
CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	
Origem Material					

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES				
No Processo			Acordo								
Tipo de Empenho			Ref Dispensa								
Licitação			Modalidade								
Empenho Orig.			Nº Contrato			Nº OC					
Valor do Empenho R\$											
Cronograma											
<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>								Mês	Valor		
Mês	Valor										

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Impresso pelo Siafisico

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

Impresso pelo Siafisico



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI : 006.00081517/2026-70

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2025

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

OBJETO: Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional.

ITEM	MATERIAL/MARCA/MODELO	QUANTIDADE	UNID. FORN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
04					
VALOR TOTAL:					

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Loca e data

Nome e assinatura do representante legal